

# A TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA PRIMA DO RIO MAIOR DE URUSSANGA ESTADO DE SANTA CATARINA<sup>1</sup>

Dimas de Oliveira Estevam - UNESC - doe@unesc.net  
Gabriel Bozzano – UNESC - gabrielbozzano@hotmail.com

Área Temática 4: História Econômica e Social

**Resumo:** O movimento cooperativo teve início no país, em 1847, com a criação da Colônia Tereza Cristina, no Estado do Paraná. Posteriormente, na localidade de Palmital, atual município de Garuva/SC. Na segunda metade do século dezenove, começaram a surgir, em todo o país, iniciativas cooperativistas que aos poucos passaram a abranger quase todos os setores socioeconômicos. Várias iniciativas surgiram, como em Campinas/SP (1887), Ouro Preto/MG (1889), Limeira/SP (1891), Rio de Janeiro/RJ (1894), Camaragibe/PE (1895), entre outras, que contribuíram para a disseminação do cooperativismo no Brasil. No século XX, comunidades cooperativas foram criadas por imigrantes europeus, especialmente no Sul do país, nos moldes de seus países de origem, na tentativa de mitigar os problemas advindos do acesso ao consumo, crédito e de produção. Foi nesse contexto que em 1909, descendentes de imigrantes italianos, radicados no sul de Santa Catarina, fundaram a Cooperativa Prima do Rio Maior (Cooperprima), localizada na comunidade de Rio Maior, no município de Urussanga/SC. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo traçar a trajetória da Cooperprima de Urussanga/SC. Como procedimento metodológico, a pesquisa foi qualitativa, com base em análise de documentos e uma entrevista. Os resultados da pesquisa mostraram que a Cooperprima era composta, inicialmente, por quarenta e cinco sócios chegando a 120 cooperados, atuava no setor agropecuário, sobretudo na produção e no comércio de banha porco, comercializada na cidade do Rio de Janeiro, trazia de lá, sal, café, açúcar, tecidos e ferramentas. A Cooperativa funcionou durante o período de 1909 a 1923, sendo considerada pela OCESC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) uma das pioneiras do cooperativismo catarinense.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; Trajetória; História oral; Cooperprima.

## 1. INTRODUÇÃO

Enquanto movimento social, as cooperativas existem porque propõem ações concretas contra as desigualdades sociais das quais os trabalhadores experienciam. Desde seus primórdios, as cooperativas têm variado suas estratégias de mobilização. Algumas análises buscam demonstrar que o cooperativismo remonta aos primórdios da humanidade e que o ato de cooperar é inerente ao ser humano. Entretanto, o cooperativismo deve ser entendido como um movimento social resultante das consequências do surgimento do liberalismo econômico nos séculos XVIII e XIX. Nesse período, muitas pessoas não tinham como sobreviver, tendo que buscar formas

---

<sup>1</sup> Este artigo tem o apoio financeiro do Edital GP/Unesc N° 196/2022 e Edital Pibic/Cnpq 2022/2023.

alternativas para se inserir no mercado e, também, meios para melhorar suas condições de vida (ESTEVAM; VERGINIO, 2017).

Ademais, pode-se ver que essas ações coletivas possuem uma capacidade de socializar seus integrantes desde que exista uma noção clara, para seus integrantes, daquilo que impede que as metas da organização se estabeleçam. No caso das cooperativas, as más condições de trabalho, as desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista e o egocentrismo que, por sua vez, desvirtua a ação das cooperativas para se sustentar enquanto movimento social.

O cooperativismo é entendido como um movimento social que socializa seus integrantes para práticas solidárias e a solução de problemas econômicos comuns. Eles, especialmente, são proprietários dos meios de produção e gestores. Para Estevam e Verginio (2017) a questão da centralização do poder nas decisões que se referem ao destino econômico da cooperativa e o egocentrismo são bastante destacados como problemas que precisam ser superados. Dessa forma, esses mesmos autores distinguem a “forma cooperativismo” e o conteúdo da mesma, revelando uma maior complexidade das relações estabelecidas entre centralização e/ou distribuição dos resultados.

Essas distinções, permitem, em síntese, ampliar nosso entendimento atual sobre o que são as práticas sociais que ampliam e mantêm a solidariedade dos cooperados. Elas são, primeiro, práticas de solidariedade definidas pelos próprios integrantes das cooperativas, os quais definem quais elos sociais são indispensáveis para que a cooperação exista. Essas mesmas práticas de solidariedade, ademais, evoluem e se adequam enquanto uma estrutura apta a responder às demandas de seus integrantes, assim como as relações capitalistas, estas últimas em grande medida capazes de obliterar o papel de socialização de seus integrantes (ESTEVAM; VERGINIO, 2017).

É comum destacar que entre os direitos dos cooperados estão, por exemplo, participar da assembleia geral, da elaboração do estatuto e do regime interno. Votar em assuntos colocados em pauta, fazer propostas ao conselho administrativo, participar das assembleias, eleger e destituir conselheiros, demitir-se da cooperativa. Todos são direitos que podem ser de maior escopo e de outras naturezas, ou seja, “formas de cooperar”, desde que sejam acordadas, e que traduzam uma igualdade nas relações e impliquem em uma ação ativa e propositiva por parte dos sócios.

Os deveres, por sua vez, apontam para a necessidade de seus integrantes não se eximirem de responsabilidades colocadas pela assembleia, de contribuírem o possível com seu trabalho, ideias na gestão, na produção e manter-se informado. Outras questões

ficam mais patente o caráter influente e maleável da definição de solidariedade pelos cooperados. Por exemplo, “questões que podem estar provocando desconforto ou insegurança para um ou mais cooperativados ou outro trabalhador” (FERRI, 2018, p.51). Em nosso entendimento, as cooperativas buscam criar um custo simbólico para a saída de seus integrantes. Este custo simbólico detém bastante influência em cooperativas pequenas onde todos se conhecem, ou onde os indivíduos dependem dela especialmente para a comercialização de seus produtos, como em nosso caso para o setor agrícola (ESTEVAM; VERGINIO, 2017).

Destacamos que essas práticas de solidariedade são postas como imperiosas, no sentido de dar segurança para os investimentos simbólicos que os mesmos efetuam nas cooperativas. A demanda por uma igualdade irrestrita, por vezes se não compreendida pelos cooperados, pode estimular indivíduos a “tomar carona” com o trabalho de outros integrantes, ou seja, transferir os custos da participação na cooperativa a outros participantes (FERRI, 2018, p.60)

O cooperativismo é um movimento secular, a sua forma moderna está fundamentada nas experiências dos pioneiros de Rochdale, em Manchester, Inglaterra, com início em 1844. A escala de produção, as exigências legais, a competição de mercado exigiu que as cooperativas enquanto movimento social e econômico, estabelecessem princípios que permitissem as cooperativas permanecerem no mercado, sem degenerar sua base social. Desde o início o cooperativismo tem em sua identidade a valorização da dignidade da pessoa humana na esfera social e econômica.

As cooperativas, segundo Pinho (1966), são sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, visando suprir seus membros de bens e serviços, como também a realizar programas educativos e sociais. Trata-se, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico e sociais. Seu funcionamento é inspirado nos “Pioneiros de Rochdale”, tais como: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino.

O movimento cooperativista evoluiu em suas bases desde a sua origem, pautada no trabalho coletivo, na ajuda mútua, na participação dos associados nas tomadas de decisões. Ocorre que na sua trajetória as cooperativas têm passado por inúmeras transformações em sua conjuntura social, impostas pela globalização econômica, contudo essas mudanças pouco alteraram os pioneiros de “Rochdale” (SCHNEIDER, 1982).

No Brasil, o cooperativismo foi disseminado pelos padres jesuítas, nas missões no Estado do Rio Grande do Sul, fundamentado no trabalho coletivo e solidário, visando promover o bem comum, ocorrido por volta do ano 1610. Contudo, foi em 1847 que o movimento cooperativista teve início no país, com a criação da Colônia Tereza Cristina, no Estado do Paraná, fundada pelo francês Jean Maurice Faivre. Posteriormente, na localidade de Palmital, atual município de Garuva em Santa Catarina, houve uma tentativa de implantação de uma colônia de produção e consumo. (PINHO, 1966),

Na segunda metade do século dezanove, começaram a surgir, em todo o país, iniciativas que aos poucos passaram a abranger quase todos os setores socioeconômicos, como em Campinas/SP (1887), Ouro Preto/MG (1889), Limeira/SP (1891), Rio de Janeiro/RJ (1894), Camaragibe/PE (1895), entre outras, que contribuíram para a disseminação do ideal cooperativista no Brasil. (FRITZEN, 2005).

No século XX, muitas das comunidades cooperativas foram criadas por imigrantes italianos e alemães, especialmente no Sul do Brasil, as quais buscavam resolver os problemas de consumo, de crédito e de produção, através da criação de organizações comunitárias nos moldes das cooperativas que conheciam em seus países de origem. Foi nesse contexto que no ano de 1909 descendentes de imigrantes italianos, radicados no sul de Santa Catarina, fundaram a Cooperativa Prima do Rio Maior (Cooperprima), localizada na comunidade de Rio Maior, no município de Urussanga/SC.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar a trajetória da Cooperativa Prima do Rio Maior (Cooperprima) de Urussanga, sul do Estado de Santa Catarina. O presente estudo se justifica por que segundo OCESC (2003), a Cooperprima está entre as pioneiras do cooperativismo catarinense. A organização ficou conhecida em todo o Brasil pelos seus produtos comercializados por seus associados, nos principais centros consumidores do País. Inicialmente, a Cooperprima era composta por 45 sócios, com capital social de 5.250 réis (moeda da época no Brasil) e atuava no ramo agropecuário, sobretudo na produção e no comércio de banha porco, além de cereais produzidos pelos cooperados.

Como procedimento metodológico, a pesquisa foi qualitativa, com base em análise de documentos e uma entrevista com neto de um dos fundadores da Cooperprima. O presente artigo está dividido da seguinte forma: a primeira parte trata-se da introdução, a segunda trata brevemente da trajetória do cooperativismo, a o terceiro item trata das contribuições que a história oral traz para o estudo do cooperativismo.

## **2. BREVE TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO NA EUROPA E NO BRASIL**

O pensamento cooperativo teve seu surgimento na Europa Ocidental, no início do século XIX, com o advento da Revolução Industrial. Veiga e Fonseca (2001) relatam que as consequências econômicas e sociais da Revolução Industrial deram origem a um movimento de ideais revolucionários nos países europeus que se encontravam em plena via de industrialização. Com o intuito de encontrar meios alternativos de sobrevivência, diante de sua difícil realidade e de um cotidiano miserável, sob os efeitos nocivos aos trabalhadores que a Revolução Industrial vinha causando, 28 tecelões da cidade de Rochdale reuniram-se em 1844, dando origem a primeira cooperativa moderna conhecida. (SINGER, 2002).

A experiência de Rochdale, se deu no âmbito formal, mas não foi a primeira experiência cooperativa. Peter Plockhoy (1625-1670), também na Inglaterra, já difundia ideias sobre o “bem-estar das pessoas modestas, mediante organização de pequenas repúblicas de agricultores, artesãos, pescadores e mestres em artes e ciências”. Outros pensadores também influenciaram, a exemplo de John Bellers (1654-1725), Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1771-1858), Willian King (1786-1865), Felipe Buchez (1796-1865), Louiz Blanc (1812-1882), desenvolvendo ideias referentes ao tema cooperativista (CENZI, 2012, p. 25).

Todavia, os precursores do movimento cooperativista europeu foram os seguintes: Plockoy, Robert Owen, Willian King, Lánge, Charles Fourier, Philippe Buchez e Louis Blanc. (VEIGA; FONSECA, 2002). Na Inglaterra, em 1799, Robert Owen, proprietário da New Lanark, uma grande fábrica têxtil situada distante da cidade, realizou grandes transformações, ao construir novas casas aos trabalhadores, reformou as velhas, abriu escolas, lojas de artigos, reduziu as jornadas de trabalho e aumentou os salários. (VEIGA; FONSECA, 2002).

Na França, o ideal cooperativista foi sistematizado, por Chalés Gide (1847-1932). Líder da “Escola de Nimes”, Gide foi trazido ao cooperativismo pelo conterrâneo Augusto Fabre, que organizava um círculo de debates sobre a causa operária em Nimes (uma pequena cidade do sul da França). Augusto Fabre tinha contato com lideranças que já tinham fundado várias associações mutualistas que conheciam a experiência de Rochdale. Em 1886, ano do II Congresso das Cooperativas de Consumo da França, realizado em Lyon, Gide difundiu os ideais da cooperativa de Rochdale. A partir de 1891,

outros doutrinadores surgiram no país, como: Beatriz Webb (publicou um estudo sobre o cooperativismo inglês), Fauquet (que discordava de Gide sobre a república Cooperativa e que o cooperativismo deveria limitar-se aos setores domésticos, artesanais e camponeses) e Lavergne, Poison e Lasserre (seguidores de Gide). (PINHO, 1966).

Contudo, o desenvolvimento do cooperativismo e a difusão de cooperativas pelo mundo se deve ao êxito da cooperativa de “Rochdale”. Esta experiência tendeu a gerar um movimento cooperativo reformista e não revolucionário. Definindo-se como uma alternativa dentro do capitalismo e não mais como uma alternativa ao sistema. Isso levou, conseqüentemente, à separação do movimento cooperativo do movimento sindical, à constituição de um movimento interclassista e à constituição de cooperativas especializadas. (PINHO, 1966).

Desde a sua origem, o movimento cooperativista evoluiu em todas as suas bases. Com os trabalhadores não satisfeitos com as oportunidades de empregos, também estavam preocupados em estabelecer as bases de ideias e regras para as cooperativas evoluírem, ganhar consistência e formar instituições concretas com elevado teor moral, sendo, conseqüentemente, difundido por vários países, chegando, enfim, no Brasil.

No Brasil, o marco inicial das cooperativas remonta à fundação da Colônia Teresa Cristina, em 1847, no estado do Paraná, instituída pelo médico francês Jean Maurice Faivre. A iniciativa durou pouco tempo, devido à “falta de ambiência política e econômica favorável”. Na medida em que imigrantes europeus chegaram às lavouras do Sul do Brasil, já no final do século XIX, o quadro mudou. As primeiras cooperativas criadas foram as agrícolas e as de consumo, posteriormente as de crédito. (FRITZEN, 2005).

Oficialmente a trajetória do cooperativismo, no país, inicia em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Um pouco depois surgem a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira (SP), em 1891; a Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, em Alfredo Chaves (Veranópolis/RS) e Antônio Prado (RS), em 1892; a Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro, em 1894, também figura entre as primeiras cooperativas fundadas no Brasil. Na virada do século XX, o Cooperativismo recebeu grande impulso no Sul do país, pelas mãos do padre jesuíta suíço Theodor Amstad, fundando a primeira cooperativa de crédito rural do país, em 1902, no município de Nova Petrópolis (RS). O modelo adotado foi o Raiffeisen (forte preocupação moral e sem distribuição de sobras aos associados) e a cooperativa atendia

os agricultores da região. É a cooperativa mais antiga em funcionamento no Brasil. (FRITZEN, 2005).

Durante o século XIX, o cooperativismo no Brasil, existia em iniciativas esparsas, amparadas na Constituição Federal de 1891, no artigo 72, §8º, garantia aos trabalhadores o direito de associarem-se em sindicatos e cooperativas. Leis e decretos do final do século XIX e início do XX tratavam ora de cooperativas de consumo (modelo rochdaleano), ora de crédito (modelo Raiffeisen e Luzzatti – com responsabilidade limitada dos sócios). No entanto, foi somente na primeira década do século XX que a legislação começou a adotar os princípios da cooperativos de Rochdale, na definição das cooperativas brasileiras, em qualquer ramo de atividade. (FRITZEN, 2005).

Foi o Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, que adotou a doutrina criada pelos probos de Rochdale para o Cooperativismo no país. A primeira lei brasileira a tratar, especificamente sobre o cooperativismo, dispôs também sobre a constituição e o funcionamento das cooperativas, definindo-as como sociedades de pessoas e não de capital, além de lhes garantir a isenção de vários tributos. A partir da década de 1930, o Estado adotou o modelo agrícola de cooperativa, transformando-o num dos seus instrumentos de promoção do desenvolvimento socioeconômico do país. (FRITZEN, 2005).

O Estado tomou para si o controle do movimento cooperativo, tutelando-o por longo período. A tutela do Estado não impediu as crises no cooperativismo em diversos momentos do século XX. Leis foram editadas tendo no ramo do cooperativismo de crédito o mais prejudicado, praticamente foi extinto pela reforma do sistema bancário durante a ditadura civil-militar, com a Lei nº 4.595/64. Ou seja, o cooperativismo durante o século XX passou por altos e baixos, suportando em alguns momentos bem, em outros nem tanto as intervenções do Estado que, relegando-o em alguns momentos e sendo coadjuvante em outros. Atualmente, ressalta-se a grande contribuição das cooperativas para o desenvolvimento social e econômico do país.

## 2.1 BREVE TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO EM SANTA CATARINA

As primeiras cooperativas, em Santa Catarina, surgiram de uma forma um pouco diferente das experiências de outros estados brasileiros. No território catarinense, foram os imigrantes italianos estabelecidos na região do Médio Vale do Itajaí, em Rio dos Cedros, que criaram uma sociedade da natureza cooperativa para comercialização de

tabaco. Como os exportadores brasileiros pagavam pouco pelo produto, o agricultor André Largura viajou à Europa e manteve contatos direto com compradores da Itália e da Alemanha que a princípio não demonstraram interesse em negociar. (FRITZEN, 2005).

Ao retornar ao país, André Largura teve conhecimento que havia sido nomeado cônsul da Itália, o príncipe Gherardo Pio de Savoia, com quem obteve uma audiência, relatando os resultados da viagem e os problemas dos fumicultores de sua região. O príncipe se interessou pelo assunto e, algum tempo depois, Largura recebia a notícia da venda do fumo para a Alemanha. Com a informação dos pedidos de venda do produto, os agricultores ficaram eufóricos e por aconselhamento do príncipe, transformaram a “Societá Del Tabaco”, criada em 1889 sob o título “Societá Mútuo Socorro”, na Sociedade Cooperativa do Rio dos Cedros, cujo estatuto social só foi oficializado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 27 de maio de 1970, com base nos termos do Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907. (FRITZEN, 2005).

Segundo a autora supracitada, apesar de ter contribuído com o surgimento de inúmeras cooperativas similares na região, de ter ficado conhecida em todo o país e no exterior, a cooperativa foi fechada em 1951 e o prédio, mais tarde foi utilizado como sede da Cooperativa Agrícola Mista Vale Unido Ltda (CAMVU), fundada em 1967 e incorporada pela CRAVIL (Cooperativa Regional Agropecuária Alto Vale do Itajaí Ltda), em 1984.

Segundo a Ocesc (S/D), os registros apontam para outra iniciativa no Vale do Itajaí, no município de Ascurra, sediou uma cooperativa agrícola, fundada em 1904. No ano de 1909 foi criada uma cooperativa, na localidade de Rio Maior, município de Urussanga. A Cooperprima, uma das pioneiras da história cooperativista catarinense, foco da nossa pesquisa.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E HISTÓRIA ORAL**

O caminho adotado nesta pesquisa é o da história oral, que tem tratado de diversos temas como processos migratórios, sindicatos, memórias, experiências individuais e coletivas sobre eventos traumáticos, e por isso mostrado sua versatilidade no desenvolvimento de pesquisas. Além disso, a história oral pode relevar com mais facilidade dinâmicas sociais e a construção de sua identidade, o que nos ajuda a entender e evidenciar as redes sociais de apoio local para a criação e o fim da Cooperprima.



Como hipótese de trabalho, entendemos que a Cooperprima, localizada em Rio Maior, município de Urussanga, teve seu funcionamento entre o período de 1909 a 1923. Essa cooperativa deteve grande valor simbólico na formação de futuras cooperativas na região sul do Estado, destacando-se por sua relevância econômica e capacidade de aglutinar agricultores familiares em prol de novas práticas produtivas e laborais baseadas nos princípios da cooperação.

Entre as dificuldades encontradas na pesquisa destacamos a falta de registros sobre a Cooperativa. Primeiramente, recorremos a Ocesc por reconhecer a Cooperprima como uma das pioneiras em Santa Catarina, mas ela nos informou o seguinte: “(...) a Cooperprima nunca teve registro aqui na Ocesc e, também, não temos conhecimento sobre a cooperativa. Com relação ao jornal publicado pela Ocesc em 1977, a informação foi de que (...) “também não conseguimos ter mais informações detalhadas a respeito, em função do período em que foi publicado”.

Paralelamente, recorremos a Jucesc (Junta Comercial de Santa Catarina) de Tubarão. A função da Junta Comercial é armazenar, organizar e realizar registros de empresas, mas também não foram encontrados registros: “(...) Não temos mais nenhum documento físico no Escritório Regional de Tubarão, (...), foram todos encaminhados para a Sede em Florianópolis”. Consultamos a Jucesc em Florianópolis, também não obtivemos êxito. Em seguida, recorremos a Câmara de Vereadores de Urussanga, à resposta não foi diferente dos demais órgãos, conforme segue: (...) “efetuamos pesquisa nos arquivos de leis, decretos, resoluções e atas da Câmara Municipal de Urussanga, no período estimativo de 1909 a 1920, contudo, não encontramos nenhuma informação sobre a cooperativa em questão”.

A fim de que a história desse movimento pioneiro do sul catarinense não se perca no esquecimento, e com o horizonte de nossas preocupações teóricas e políticas em vista, foram coletados depoimento de um descendente dos fundadores da Cooperprima, o Senhor José Barzan, neto de Inácio Barzan que veio constituir o principal acervo de testemunho da história oral, das primeiras cooperativas na região sul de Santa Catarina, com o estudo de caso da Cooperprima, em Urussanga/SC. No mapeamento que fizemos, não encontramos, além do entrevistado, mais pessoas que pudesse contribuir de forma significativa para a pesquisa.

Os testemunhos recolhidos foram complementados pela análise da memória de João Maria Cancelier, um dos fundadores e principal gestor da Cooperprima, em entrevista veiculada pelo jornal da Organização das Cooperativas do Estado de Santa

Catarina (OCESC), no dia 02 de julho de 1977. No depoimento de João Maria Cancellier, feito ao jornal da Ocesc e na entrevista com José Barzan, realizada no dia 26 de outubro de 2022, verificou-se que as preocupações e os desafios do cooperativismo daquela época permanecem atuais.

Os fundadores da Cooperprima, Inácio Barzan (presidente) e João Maria Cancellier (gerente) tiveram participação relevante na criação das cooperativas agrícolas de Nova Veneza e Criciúma (1910), Armazém, Azambuja e Urussanga Baixa (1911) e Belvedere (1913). Nenhuma destas cooperativas, com exceção da Cooperprima, teve longa duração e foram liquidadas por volta do ano de 1917, quando algumas se tornaram casas comerciais que vendiam ferramentas e insumos agrícolas e/ou outros bens de consumo, geralmente trocados por produtos coloniais. (MORASCO, 2007).

Visando compreender a história e a memória da Cooperprima e de seu legado para as futuras cooperativas, assim como pelo fato de não existirem ou não termos encontrado registros escritos produzidos pela própria cooperativa (como atas e relatórios, documentos etc., as quais se extraviaram ou foram perdidas) que nos auxiliasse como fontes históricas sobre sua existência e término das atividades, direcionamo-nos para a metodologia da história oral. Esta, por sua vez, atribui relevância ímpar para a experiência do vivido de nossos interlocutores, tanto na forma escolhida por estes para transmitir um sentido a suas experiências, como do que escolheram valorizar essas mesmas experiências individuais e coletivas (ALBERTI, 2004).

Nossa abordagem metodológica segue a historiografia da escola dos annales de Georges Duby (2011). Com este pensamos a imagem que foi construída de líderes, como João Maria Cancellier, e como nosso entrevistado, José Barzan os percebe e como ele faz referência a memória de Inácio Barzan e João Maria Cancellier.

José Barzan estava entre as pessoas próximas, por ser neto de ex-sócio fundador da Cooperprima (Inácio Barzan). São eles que nos ajudam por seus relatos, imaginar e construir, baseado em evidências, as memórias de quem viveu aquele tempo de criação e término da Cooperprima. Memórias que não são suas, portanto; essas memórias, como defendemos, detêm influência no destino das cooperativas. Eles (Inácio Barzan e João Maria Cancellier) são pessoas de destaque no universo do cooperativismo de Santa Catarina e sul catarinense.

O gosto pelo cooperativismo de José Barzan é herança clara de seu avô Inácio: (...) “a Cooperprima, eu conheci pelo relato do meu avô, meu pai morava com meu avô né, e quando ele faleceu, eu tinha 10 anos, mas ele contava as histórias para nós” (...).

Atualmente, José Barzan tem 68 anos de idade e preside a Cooperativa Familiar de Produção Agrícola Nova Vida, sediada no município de Criciúma. Segundo o entrevistado, foi seu avô que fundou a Cooperprima: (...) “e contrataram um gerente, que era João Cancellier, que foi gerente e gerenciava a cooperativa”. Segundo o entrevistado, a Cooperprima comercializava milho, feijão, mandioca e banha de porco: (...) “eles pegavam e levavam até pedras grandes, aí ia para o porto de Laguna e Laguna ia para Florianópolis e para o Rio de Janeiro” (JOSÉ BRAZAN, 2022).

Além das informações utilizadas, também recorreremos as produções sobre a história do município de Urussanga/SC, onde encontramos o livro “Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil”, obra original do Padre Luigi Marzano, organizado e traduzido, posteriormente, por Karla Ribeiro e publicado em 2021. Neste livro não foi encontrada qualquer menção a Cooperprima. Numa outra obra, com o título: “Rio Maior: traços culturais e transformações de imigrantes italianos do Sul de Santa Catarina”, na página 39 encontramos o seguinte fragmento sobre a Cooperprima:

Fato de grande importância na vida de Rio Maior foi a fundação da cooperativa no ano de 1909. Quem apresentou a ideia de fundação da cooperativa foi Inácio Barzan, por sugestão de um seu parente na Itália, que lhe enviou o estatuto de uma cooperativa de lá o qual foi adotado sem mesmo ser traduzido. A cooperativa funcionou 14 anos, isto é, de 1909 a 1923. O capital era de 5.200\$00 (cinco contos e duzentos mil réis) tendo prestado bons serviços aos associados, possuindo fábrica de banha, que exportava para o Rio de Janeiro (a marca era AEREOPLANO). Também exportava carne suína salgada em jacás de taquara. Em 1921 fundou-se uma filial em Oratório, município de Orleans, também com fábrica de banha. Além de suínos a cooperativa comercializava outros produtos da lavoura dos associados tais como milho e feijão e mantinha um açougue que abatia uma rês por semana para abastecer aos associados. Durante todo o tempo que funcionou foi gerente João Maria Cancellier e presidente Inácio Barzan.

Além desta curta passagem encontrada no livro sobre Cooperprima, o entrevistado fez menção aos livros de registros contábeis, segundo ele não existem mais:

Lá nos livros que eu me lembro existia uma conta corrente, é fundamental (sic) 2 quilos de açúcar, 4kg de café, isso era no débito e depois no crédito, tantos quilos de feijão, tantos quilos de banha, tantos quilos de porco, então esses livros que relatavam essa conta corrente. (...) tínhamos, esses livros tentei resgatar, mas não consegui mais, não sei para onde foi, mas eram uns livros grandes né... (JOSÉ BRAZAN, 2022).

Destacamos na entrevista de João Maria Cancellier ao Jornal da OCESC (1977), segundo o qual, o entrevistado (...) “atribui pouca capacidade de adaptação ao mundo capitalista das cooperativas”. Não se trata de questionar ou duvidar dos relatos, mas pensá-los como histórias coletivas e individuais que foram sendo ressignificadas para a vida comunitária e do cooperado.

Na medida que Barzan e Cancelier reavaliam o passado, vemos pela entrevista e o acesso às fontes do jornal da Ocesc, que existe um pressuposto nas narrativas, ~~qual seja:~~ de que novas lições de cooperação, solidariedade, valores comunitários foram construídos e compartilhados paulatinamente, e que eles não precisam, necessariamente, ser contrários às práticas do mercado capitalista, sendo subsequentemente incorporados enquanto instituições sociais mais amplas as quais permitem a reprodução da vida social dos cooperados (HALBWACHS, 1990).

#### **4. A MEMÓRIA DA COOPERPRIMA RELATADAS POR JOÃO MARIA CANCELIER E JOSÉ BARZAN: LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL**

As terras uruçuanguenses eram habitadas pela etnia tupi-guarani dos carijós, assim como quase todo o litoral do estado, até serem dizimados, a partir da chegada dos imigrantes. A vila de Urussanga foi fundada em 26 de maio de 1878, quando chegaram os primeiros imigrantes italianos à região de Urussanga, vindos principalmente do Norte da Itália. A emancipação deu-se em 31 de dezembro de 1881, em 6 de outubro de 1900 é elevada à categoria de município, tendo sua instalação em 22 de janeiro de 1901.

O município de Urussanga se tornou um dos principais núcleos da colonização italiana do sul do estado e de Santa Catarina. Vindos, principalmente, da cidade de Longarone (a cidade possui um acordo de cooperação com Urussanga: o gemellaggio), Região do Vêneto, província de Belluno, na Itália. O município de Urussanga está a 185 quilômetros da capital Florianópolis. Sua população era estimada, em 2020, em 21.344 habitantes. A cidade é uma das referências da cultura italiana no estado, para a qual desenvolve inúmeras atividades culturais com o objetivo de preservar a cultura de seus antepassados italianos.

Foram esses imigrantes que iniciaram os primeiros movimentos para a criação de cooperativas no sul catarinense. No interior do município de Urussanga, na comunidade de Rio Maior, Inácio Barzan, motivado por cartas trocadas com o primo Basílio Manarin da cidade de Longarone que escrevia sobre as cooperativas italianas e incentivava a criação de cooperativas na região. De posse das informações trocadas, com o estatuto em mãos, no dia 9 de fevereiro de 1909, reuniram-se 45 agricultores da comunidade de Rio Maior para fundar a Cooperativa Prima do Rio Maior (Cooperprima),

reconhecida pela Ocesc como uma das pioneiras do cooperativismo catarinense. (OCESC, S/D). No entanto, a Cooperprima pode ser considerada a pioneira no Estado, pelo fato de possuir seu estatuto social (MORASCO, 2007).

A Cooperprima funcionava em um grande barraco de madeira que abrigava a produção dos associados, principalmente a banha de porco que era comercializada pela cooperativa. De Rio Maior, os produtos eram transportados, por caminhos difíceis, estradas precárias até chegar ao porto de Laguna e seguirem viagem até o Rio de Janeiro. A Cooperprima passou a ser conhecida, nacionalmente, pela comercialização da banha de porco e pelos cereais produzidos por seus associados (OCESC, 1997).

A sede principal da Cooperprima era em Rio Maior, mas para facilitar a logística, segundo José Brazan, foi aberta “(...) uma filial, ela abriu uma filial em Oratório, Município de Orleans, ficava na beira do trilho, aí tinha uma estação em Oratório, aí eles abriram uma filial dela lá” (JOSÉ BRAZAN, 2022). O principal produto comercializado, como já referenciado (...) “era banha, mas eles vendiam derivados de mandioca, feijão e milho”. (...) “traziam de lá (Rio de Janeiro) o que não tinha ali, sal, café, açúcar, que as vezes não tinham né, tecidos, ferramentas (...)” (JOSÉ BRAZAN, 2022).

Em relação a participação dos associados em reuniões e assembleias, o entrevistado nos conta, com base nas informações de seu avô que os agricultores participavam ativamente em reuniões:

(...) ele dizia que sempre se reuniam, se reuniam para tratar os assuntos. Naquela época quem fazia tudo, os negócios era o João que viajava, aí eles se reuniam para mostrar para o João o que eles tinham pra vender e comprar, como era um comercio e era um grupo que tinha no Rio Maior, eles se reuniam depois das missas para conversar, não eram reuniões oficiais como hoje, mas sempre se reuniam. (JOSÉ BRAZAN, 2022).

Na época, praticamente todos os moradores de Rio Maior participavam ou eram associados a Cooperprima, conforme José Barzan “(...) eu não sei precisar, mas Rio Maior era pequeno, mas na época devia ter em torno de 30 a 40 famílias”.

Inácio Barzan, além de seu protagonismo na criação da Cooperprima, também teve grande importância no desenvolvimento da cultura da videira em Urussanga/SC. Segundo Maestrelí (2015) buscou na Itália tecnologias avançadas para época, utilizadas na produção, como máquina para espremer uva e produtos como o sulfato de cobre usados na lavoura. Nas décadas de 1930 e 1940, Barzan recebeu medalhas pelo bom vinho produzido, verificado em diplomas assinados pelo presidente da República Getúlio Vargas. O vinho tinha a marca Cordeal, assim como acontecia com os produtos da

Cooperprima era transportado até Pindotiba de carros de boi e de trem até Laguna e de navio até o Rio de Janeiro.

O fim da Cooperprima, em 1923, trouxe-nos outros questionamentos no que se refere às alternativas abertas aos ex-sócios e os caminhos que levaram a participarem de novas cooperativas. É pelo relato de seus descendentes que participaram de outras cooperativas, e que estivera direta ou indiretamente envolvidos nos desafios para a agricultura familiar da região que se recorreu as fontes documentais e a história oral.

Trata-se de olhar para diversas histórias, de seus fragmentos e das diversas camadas de sentido que sócios com ou sem capital educacional e político detém. Visando a superação daquilo que Portelli (1998, p.105) define como uma memória “oficial”, para contextos eminentemente marcados por episódios de traumas, rupturas nas trajetórias coletivas, por exemplo, onde comemorar eventos de superação dos mesmos traumas são vistos e narrados de maneiras diferentes, porém que não sejam excludentes.

Espera-se com esse tensionamento das narrativas um panorama mais rico de histórias individuais e coletivas dos integrantes da cooperativa, de relatos que ajudam a rever o que foi feito e quais os problemas que marcaram sujeitos diferentes, com versões que se complementam.

É nesse sentido que remetemos ao jornal produzido pela Ocesc (1977), no qual João Maria Cancellier é retratado por trás de seus óculos redondos e gastos. Ele nos diz que lamenta: “tanta coisa tenha mudado nestes 96 anos. Naquele tempo todos os morros eram cobertos de roças de milho, feijão, mandioca”.

O que ele afinal tem saudades? De um mundo que não mais é o mesmo em razão dos processos de modernização e industrialização de toda a região sul? De valores tradicionais e práticas de sociabilidade que se foram? Talvez ambos, mas não como um saudosismo sem sentido para nós, que desejamos entender seu protagonismo e de diversas outras famílias que se reinventaram no bojo dessas mudanças econômicas e sociais.

Uma possível resposta a essas perguntas está na prática econômica solidária que havia se perdido com o fim da cooperativa: criavam-se porcos para vender banha para cooperativa e todos confiavam “que o melhor interesse” seria garantido, diz Cancellier (OCESC, 1977). Cancellier nos situa no tempo e no espaço quando afirma, aos seus 96 anos de idade, que seu saudosismo tem uma razão de ser, é algo vivo, que dá o tom de sua narrativa e de nossos interlocutores, filhos dos sócios que viveram nesse período.

Além de colaborar com a fundação da Cooperprima, Cancellier auxiliou na fundação de diversas cooperativas no sul catarinense. Com isso, a todo final de ano, João

Cancellier era convocado para fazer o balanço final das cooperativas. Com isso, João Maria Cancellier acumulava mais trabalho, sem ter aumento de salário, por isso, pensava em desistir, depois de muitos anos de trabalho, finalmente os associados decidiram duplicar o seu salário. Depois disso, ele adquiriu a filial de Oratório, junto com mais cinco sócios. Contudo, a sua permanência, na Cooperprima, duraria mais cinco anos, depois deixa a gestão da Cooperprima, para residir em São Paulo e trabalhar numa indústria, a sua saída da gerência, coincide com encerramento das atividades da Cooperprima, no ano de 1923. (OCESC, 1977).

O fim da Cooperprima marca o crescimento de diversas outras cooperativas na região, as quais amplificam o leque de ação dos sócios, porém, como mencionamos, não tardou surgir problemas em razão dos desafios de coordenação de um conjunto de atividades que se fizeram necessárias como o conhecimento em logística, armazéns e navios. Como já observado, o cooperativismo catarinense, durante o século XX, passou por período de crescimento, mas também por sérias dificuldades em que inúmeras cooperativas foram encerradas.

Por fim, podemos sugerir que a memória é um recurso simbólico, que no quadro da tradição coloca a cooperativa sob o registro dos valores e princípios do cooperativismo. Esse quadro da memória, para Halbwachs (1990), por onde opera a tradição oferece sempre novas referências para uma ação comunitária, de justiça, de novos ensinamentos como viver e ser, assim como responder aos desafios que atravessa essas mesmas relações de reciprocidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, discorremos sobre a história do cooperativismo em Santa Catarina, especificamente em Urussanga e cidades adjacentes. Enquanto movimento social, o cooperativismo se propõe a socializar seus integrantes para práticas solidárias e a solução de problemas econômicos comuns. A história de como surgiu e do porquê que a Cooperativa Prima do Rio Maior (Cooperprima), em Urussanga, finalizou suas atividades, foi o foco deste artigo.

No caso da Cooperprima, a mesma inicia um trabalho prolongado, e, que sugerimos carregado de tensões, mas por fim alcançara o objetivo de estreitamento dos laços de sociabilidade comunitária. Essa conclusão se baseia tanto em entrevista efetuada,

como do uso de fontes secundárias, reportagens e livros produzidos, as quais cotejamos pela metodologia da história oral.

Mostramos no decorrer deste artigo que o processo de socialização dos integrantes da Cooperprima foi conquistado, e ele se materializou em memórias compartilhadas pelas gerações posteriores de cooperativas da região. Problematicamos e propusemos um retrato em que o entrevistado e as fontes utilizadas nos revelassem e destacassem os principais problemas que tanto os afligiam sobre o início do cooperativismo na comunidade de Rio Maior, os quais foram objetos de preocupação e de afetos pelas conquistas passadas a geração posterior de cooperados.

Por fim, destacamos o legado de João Maria Cancellier e Inácio Brazan para o cooperativismo sul catarinense e mesmo para Santa Catarina são de grande relevância. A Cooperprima contribuiu para o surgimento diversas outras cooperativas na região Sul. Espera-se com as narrativas descritas, tenhamos traçado um panorama da cooperativa e, que os relatos nos possibilitaram a rever o que foi feito e as dificuldades que marcaram a vida dos diferentes.

## REFERÊNCIAS

CENZI, Neri Luiz. **Cooperativismo**: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2012.

DUBY, Georges. **Damas do Século XII**: Eva e os Padres. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ESTEVAM, Dimas de O.; VERGINIO, M. R. C. A diversidade do cooperativismo brasileiro e catarinense. **Revista Catarinense de Economia**, v. 1, p. 72-93, 2017. <<https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v1.n1.6>>. Acesso: 17 mar. 2023

FERRI, Marlos Rodrigo. Tecendo uma história: a Cooperativa Têxtil Galópolis / Marlos Rodrigo Ferri. – 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2018

FRITZEN, Elisete. As mudanças nas cooperativas de eletrificação decorrentes da regulação do setor elétrico nacional. Criciúma/SC: Monografia apresentada à Diretoria de Pós-Graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, para a obtenção do título de especialista em MBA Gestão Empresarial, 2005. Disponível em: <<https://www.doccity.com/pt/as-mudancas-nas-cooperativas-de-eletrificacao-decorrentes-da-regulacao-do-setor-eletrico-nacional/5950432/#>>. Acesso: 06 mar. 2023.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.



MAESTRELLI, Sérgio R. Indicação de Procedência Vales da Uva Goethe. 1 de fev de 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/446152505511250/photos/mansueto-bellucco-urussanga-scparrerial-uva-goethefoto-by-henry-goularttexto-ser/642584705868028/>>. Acesso: 16 mar. 2023

MORASCO, Fernanda. O cooperativismo de crédito em Santa Catarina. Florianópolis, agosto de 2007. Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293480>

OCESC. Sindicato Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina A história da primeira cooperativa contada por seu fundador. Florianópolis, 2 de julho de 1977.

OCESC. História do Cooperativismo em Santa Catarina. Disponível em: <<https://cooperativismocatarinense.com.br/cooperativismo-sc/historia-do-cooperativismo-em-santa-catarina/#:~:text=No%20ano%20de%201909%2C%20a,pioneiras%20da%20hist%C3%B3ria%20cooperativista%20catarinense>>. Acesso: 15 mar. 2023

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **O que é cooperativismo**. Editora Buriti, 1966

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SCHNEIDER, J. O. O Panorama Mundial, Nacional e Estadual do Cooperativismo. In: **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo, v.12, n.38, 1982.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo uma revolução Pacífica em Ação**. Ed. DP&A. Rio de Janeiro. 2002